



Comunicado de imprensa

Luxemburgo, 5 de junho de 2020

A biodiversidade das terras agrícolas continua em declínio apesar das medidas específicas da PAC, afirma o Tribunal de Contas Europeu

De acordo com um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE), a política agrícola comum (PAC) não foi capaz de inverter a perda de biodiversidade que se regista há décadas e a agricultura intensiva permanece um dos fatores determinantes deste declínio. O TCE detetou lacunas na estratégia de biodiversidade da UE para 2020 e na sua coordenação com a PAC. Além disso, o acompanhamento pela Comissão das despesas da PAC no domínio da biodiversidade não é fiável e, pela maior parte, o financiamento desta política tem pouco impacto positivo na biodiversidade. Alguns regimes da PAC têm mais potencial para melhorar a biodiversidade, mas a Comissão e os Estados-Membros favoreceram opções de baixo impacto.

Na Europa, a abundância e a variedade de espécies nas terras agrícolas estão em declínio há muitos anos. Desde 1990, as populações de aves das terras agrícolas e borboletas dos prados – um bom indicador de alterações – diminuíram mais de 30%. A agricultura intensiva conduziu a uma diminuição da abundância e diversidade da vegetação natural e, consequentemente, dos animais, e continua a ser uma das principais causas da perda de biodiversidade.

Em 2011, a Comissão aprovou uma estratégia para travar a perda de biodiversidade até 2020. Comprometeu-se a aumentar a contribuição da agricultura e da silvicultura para a manutenção da biodiversidade e procurou alcançar uma "melhoria mensurável" no estado de conservação das espécies e dos habitats afetados pela agricultura. O TCE avaliou se a PAC tinha contribuído para melhorar a conservação da biodiversidade das terras agrícolas e a forma como a UE estava a cumprir os seus objetivos, visitando a Alemanha, a Irlanda, Chipre, a Polónia e a Roménia.

"Atá à data, a PAC tem sido insuficiente para contrariar o declínio da biodiversidade das terras agrícolas, uma grave ameaça tanto para a agricultura como para o ambiente", afirmou Viorel Ştefan, o Membro do TCE responsável pelo relatório. "A proposta da PAC para o período pós-2020 e a estratégia de biodiversidade para 2030 visam tornar a PAC mais apta a responder a desafios como a perda de biodiversidade, as alterações climáticas ou a renovação geracional, continuando a apoiar os agricultores europeus em favor de um setor agrícola sustentável e competitivo."

O TCE constatou que a estratégia de biodiversidade da UE para 2020 não estabeleceu metas mensuráveis para a agricultura, o que dificulta a avaliação dos progressos e do desempenho das

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral está disponível em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

medidas financiadas pela UE. Além disso, houve uma fraca coordenação entre as políticas e as estratégias da UE em matéria de biodiversidade, o que resultou, por exemplo, na falta de resposta ao declínio da diversidade genética – um subconjunto da biodiversidade.

Os pagamentos diretos da PAC às explorações agrícolas representam cerca de 70% de todas as despesas agrícolas da UE, mas a forma como a Comissão acompanha as despesas da PAC em prol da biodiversidade não é fiável, pois sobrestima o contributo de algumas medidas para a biodiversidade. Além disso, o seu efeito na biodiversidade das terras agrícolas é reduzido ou desconhecido. Alguns requisitos dos pagamentos diretos, nomeadamente a "ecologização" e a "condicionalidade", têm potencial para melhorar a biodiversidade, mas a Comissão e os Estados-Membros favoreceram opções de baixo impacto, como culturas secundárias ou culturas fixadoras de azoto. O TCE verificou, também, que o regime de sanções da condicionalidade não teve um impacto claro na biodiversidade das terras agrícolas e que o potencial da ecologização estava subdesenvolvido.

Os programas de desenvolvimento rural têm mais potencial em matéria de biodiversidade do que os pagamentos diretos, sobretudo os que apoiam práticas agrícolas respeitadoras do ambiente que vão além das obrigações jurídicas aplicáveis. No entanto, os Estados-Membros raramente utilizam medidas de elevado impacto, como os regimes baseados nos resultados, preferindo antes medidas menos exigentes e benéficas (designadas como "ligeiramente ecológicas"), mais populares entre os agricultores.

O TCE recomenda que a Comissão coordene melhor a estratégia de biodiversidade da UE para 2030, reforce o contributo dos pagamentos diretos e do desenvolvimento rural para a biodiversidade das terras agrícolas, faça um acompanhamento mais rigoroso das suas despesas nesta matéria e desenvolva indicadores fiáveis para avaliar o impacto da PAC.

Nota aos diretores das publicações

A biodiversidade das terras agrícolas diz respeito a animais selvagens (ou seja, excluindo os animais de criação), como pequenos mamíferos, aves e insetos, à vegetação natural nos prados, terras aráveis e culturas permanentes e à vida subterrânea.

A UE tem um papel crucial na proteção da biodiversidade, uma vez que estabelece normas ambientais e cofinancia a maior parte das despesas agrícolas dos Estados-Membros. Para o período de 2014-2020, a Comissão previu gastar 86 mil milhões de euros (cerca de 8% do orçamento da UE a longo prazo) na biodiversidade, incluindo 66 mil milhões de euros provenientes da PAC. Tanto a UE como os Estados-Membros assinaram a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica na década de 1990 e, em 2010, comprometeram-se a cumprir as "metas de Aichi" para 2020. Em janeiro de 2020, o Fórum Económico Mundial classificou a perda de biodiversidade como uma das cinco maiores ameaças que o mundo enfrenta, tanto em termos de probabilidade como de impacto. Em maio de 2020, a Comissão publicou a estratégia de biodiversidade da UE para 2030.

O TCE publicará o seu Relatório Especial 13/2020, intitulado "Biodiversidade das terras agrícolas: o contributo da PAC não travou o declínio" no Dia Mundial do Ambiente, que também celebra a biodiversidade. O relatório está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE. O TCE publicou já relatórios sobre os pesticidas, a rede Natura 2000 e a ecologização da PAC. Focará a biodiversidade também no seu próximo *Journal* e publicará, em breve, um relatório sobre os insetos polinizadores.

Contactos de imprensa para o presente relatório: Damijan Fišer

E-mail: damijan.fiser@eca.europa.eu Tel.: (+352) 4398 45 510 / Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

Medidas adotadas pelo TCE em resposta à pandemia da COVID-19

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) tomou as medidas necessárias para, durante a pandemia da COVID-19, conseguir continuar a prestar um serviço de auditoria pública eficaz na UE e a produzir relatórios de auditoria, pareceres e documentos de análise em tempo oportuno, na medida do possível nestes tempos difíceis. Ao mesmo tempo, expressamos a nossa gratidão a todos os que estão a trabalhar para salvar vidas e lutar contra a pandemia, no Luxemburgo, na UE e em todo o mundo. Mantemo-nos também empenhados em apoiar a política do governo luxemburguês para salvaguardar a saúde pública. Estamos a atenuar os efeitos da crise sanitária em curso sobre o nosso pessoal e adotámos precauções com vista a minimizar o risco para os nossos efetivos e as suas famílias.